Direito&Justiça

Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Entrevista — Procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Georges Seigneur faz balanço após quatro anos à frente do MPDFT

Maria Eduarda Lavocat

O procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Georges Seigneur, se prepara para deixar o cargo em 12 de dezembro, após quatro anos à frente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Integrante da instituição desde 2002, Seigneur foi eleito para o comando do órgão pela primeira vez em 2022 e reconduzido ao cargo em 2024, para um segundo mandato.

*Durante o **Correio** Entrevista, o procurador-geral fez um balanço de sua gestão e destacou o fortalecimento institucional, a aproximação do Ministério Público com a sociedade e a modernização tecnológica. Entre as principais iniciativas, mencionou o aprimoramento do atendimento e do acolhimento às vítimas, o fortalecimento do combate ao crime organizado, além da ampliação da atuação conjunta com outros Ministérios Públicos e nos tribunais superiores.*

A sucessora de Seigneur foi escolhida e nomeada pelo presidente Lula: a promotora de Justiça Cláudia Braga Tomelin, atual secretária-geral da instituição, que ficará à frente do MPDFT no biênio 2026-2028.

Confira os principais trechos da entrevista:

Ed Alves/CB/D.A Press



O que marca esses quatro anos à frente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios?

Foram quatro anos intensos, nos quais a preocupação foi construir um Ministério Público mais próximo da sociedade e mais forte. Temos ampliado cada vez mais os espaços de atendimento ao cidadão, não apenas presencialmente, mas também no ambiente digital, nas unidades e nas promotorias de Justiça, para que a população seja bem atendida. A sociedade precisa ter o Ministério Público muito perto dela e reconhecê-lo como um grande aliado de seus interesses. Afinal, o Ministério Público é o defensor da sociedade. Outro aspecto muito importante é o avanço tecnológico dentro da própria instituição. Hoje, temos um consórcio entre Ministérios Públicos voltado especificamente para a tecnologia da informação, chamado Brasil.IA. É uma iniciativa em que os Ministérios Públicos atuam de forma coordenada e que tivemos a oportunidade de presidir. Precisamos estar conectados e contar, internamente, com as ferramentas necessárias para uma atuação cada vez mais rápida e efetiva.

Você coordenou essa iniciativa quando foi presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, correto?

Exatamente. O consórcio foi criado durante a minha presidência, justamente para que tivéssemos uma atuação mais firme e pudéssemos estar mais próximos da população. Precisamos lembrar que os crimes digitais são uma realidade em todo o país. Há, inclusive, uma migração da prática criminosa para o ambiente digital. Esses crimes não respeitam fronteiras, o que gera uma dificuldade maior quando não estamos preparados para enfrentá-los. Da mesma forma, temos intensificado o combate às organizações criminosas. O nosso Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) passou a atuar de maneira mais contundente no enfrentamento às facções e às organizações criminosas. Nesse contexto, é importante destacar também o fortalecimento do Centro de Inteligência, com um trabalho mais aprofundado de análise de dados. Buscamos oferecer ao promotor de Justiça um acesso melhor às informações, que muitas vezes estão disponíveis na internet, mas dispersas. A ideia é reuni-las de forma sistematizada, permitindo consultas mais rápidas e, consequentemente, um combate mais efetivo à criminalidade. Hoje, por exemplo, um promotor de Justiça consegue verificar rapidamente se uma pessoa que está sendo investigada ou acompanhada tem vínculo com alguma facção criminosa dentro do sistema carcerário.

Houve uma operação do Gaeco, unidade subordinada diretamente ao procurador-geral de Justiça, que identificou uma comunicação entre presos e visitantes, conectados ao PCC. Qual importância de uma operação como essa?

Foi uma operação muito importante. Se você não tem as informações bem organizadas, não consegue estabelecer essas conexões. Quando conseguimos oferecer essa base de informações, torna-se possível chegar aos dados necessários e, com isso, realizar operações mais bem-sucedidas. Outro aspecto que trabalhamos foi o fortalecimento da atuação nos tribunais superiores, tanto na origem quanto no encerramento dos processos. Isso significa atuar desde a investigação inicial, passando pela ação penal e pelas políticas públicas, até a etapa dos recursos nos tribunais superiores.

Você acredita que a doutora Cláudia, que vai sucedê-lo, dará continuidade ao seu trabalho?

Com certeza. A doutora Cláudia é uma pessoa extremamente capacitada, uma gestora muito querida pela classe, profissional e bastante atuante. Costumo lembrar uma frase atribuída a Isaac Newton: "Se enxerguei mais longe, foi porque estava sobre os ombros de gigantes". Tive antecessores que realizaram trabalhos muito importantes para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cito aqui as doutoras Fabiana, Renata Peça e Eunice. É importante que, a partir desses exemplos, procuremos sempre aprofundar o trabalho, especialmente nas áreas em que eventualmente precisamos de aperfeiçoamento. Nosso desafio deve ser, como costumo brincar, transformar o Ministério Público do Distrito Federal no melhor Ministério Público do Brasil. A doutora Cláudia, sem sombra de dúvida, é muito capacitada, vai trazer inúmeros avanços e aperfeiçoar ainda mais a atuação do Ministério Público.

Foi implementado o Núcleo de Apoio às Vítimas nas promotorias. Como esse projeto auxilia no atendimento ao publico?

Exatamente. O atendimento ao público se divide em algumas etapas, e uma das principais é justamente o trabalho do Núcleo de Apoio às Vítimas. Temos uma estrutura específica para isso, que reflete uma preocupação do Ministério Público brasileiro com a questão da vítima. A vítima precisa de apoio. Ela sofreu uma violência e necessita de acolhimento. Quando estudamos o direito penal, aprendemos que o crime tem, sem dúvida, um aspecto social. Mas existe também uma vítima que sofreu e precisa receber um apoio mínimo. Ela é, na verdade, uma das principais razões de existir do processo criminal. É a ocorrência do crime, que a coloca na condição de vítima, que pode dar início à persecução penal. Se não conseguimos proporcionar acolhimento, não há como minimizar os danos que ela sofreu.